



Número: **0803833-09.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **28/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO TARGINO DA SILVA (AUTOR)		MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
32706 144	28/07/2020 10:34	Petição Inicial	Petição Inicial
32706 499	28/07/2020 10:34	B.O JOÃO TARGINO	Documento de Comprovação
32706 500	28/07/2020 10:34	DOC. MEDICO JOÃO TARGINO	Documento de Comprovação
32706 501	28/07/2020 10:34	DOCS JOÃO TARGINO	Documento de Comprovação
32706 502	28/07/2020 10:34	JOAO TARGINO- AÇÃO INICIAL	Documento de Comprovação
32706 503	28/07/2020 10:34	LAUDO MEDICO JOÃO TARGINO	Documento de Comprovação
32706 507	28/07/2020 10:34	SINISTRO	Documento de Comprovação
32715 480	28/07/2020 14:57	Decisão	Decisão

anexo





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 13082.01.2019.1.00.401



CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 13082.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 14:13 horas do dia 12 de novembro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Rochelle Bezerra Rocha, Agente de Investigação, matrícula 1820354, ao final assinado, compareceu **João Targino da Silva**, CPF nº 022.608.964-99, nacionalidade brasileira, estado civil divorciado(a), profissão Agente de Limpeza, filho(a) de Severina dos Santos Silva e José Targino da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 20/06/1974 (45 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria Ana Nunes, Nº 733, bairro Muçumagro, tendo como ponto de referência Próximo Ao Ponto Final 118, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98824-9449.

Dados do(s) Fatos:

Local: Girador, Conde/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 28/10/19 05:20h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

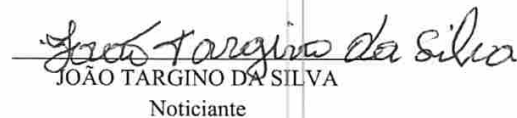
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE FOI VÍTIMA DE UM ACIDENTE DE TRÂNSITO (COLISÃO MOTO X ANIMAL) QUANDO CONDUZIA SUA MOTOCICLETA HONDA 125, COR AZUL, DE PLACA KGY-5577/PB, CHASSI 9C2JC30102R209727; QUE O NOTICIANTE/VÍTIMA SOFREU LESÕES, SENDO SOCORRIDO E ENCAMINHADO, PELO SAMU, AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, SENDO DEPOIS ENCAMINHADO AO COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOVERNADOR TARCÍSIO BURITTY; QUE ESTE ÚLTIMO HOSPITAL EMITIU LAUDO MÉDICO, ASSINADO PELO MÉDICO KLÊNIO F. DA NOBREGA, CRM/PB 11.094; QUE CONSTA NO LAUDO O CID S42; QUE VEIO A ESTA DELEGACIA A FIM DE QUE O FATO FIQUE REGISTRADO, FICANDO DESDE JÁ CIENTE E ORIENTADO DE QUE DEVE COMPARECER A DELEGACIA DA ÁREA PARA QUE O PROCEDIMENTO CABÍVEL SEJA INSTAURADO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 04 de março de 2020.


JOSE RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


JOÃO TARGINO DA SILVA
Noticiante

Procedimento Policial: 13082.01.2019.1.00.401



28/10/2019

- TiMed



**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SEGUE
o trabalho**

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1199806



Identificação do paciente					
ID 1452147	Nome JOAO TARGINO DA SILVA			Sexo Masculino	
Data de nascimento 20/06/1974	Idade 45 anos 4 meses 8 dias	Estado civil	Religião	Prontuário	
Mãe SEVERINA DOS SANTOS SILVA	Pai JOSE TARGINO DA SILVA				
Escolaridade	Responsável (Parentesco) ROSINEIDE CAVALCANTE - O MESMO(A)				
DDD Celular 83	Celular 988249449	DDD	Telefone		
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 1734097	Nº Cns			
Local de procedência JACUMA - PRAIA	Tipo BAIRRO		UF PB		
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBO/R			
Endereço					
CEP 58066138	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro MARIA ANA NUNES		
Número 733	Complemento	Bairro MUÇUMAGRO			
Admissão					
Data e Hora 28/10/2019 08:10:35	Número da pulseira 1000007289100		Convênio SUS		
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica				
Classificação de risco	Origem do paciente RUA				
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente QUEDA / OUTROS			
Indicadores e Transporte					
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não		
Meio de transporte SAMU	Quem transportou				
Sinais Vitais					
PA 120 x 80 mmHg	Pulso 70	Temperatura 37.5 C			
Exames complementares					
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []
Ultrasonografia []					
Dados clínicos <i>paciente de, acidente. Com dor que se refere ao ombro direito, no local da lesão medular</i>					
Diagnóstico					CID
Atendido por TELMO FIGUEIREDO QUIRINO					Tempo 01min 45seg

Imprimir

6:8080/cvb/pages/boletimEmergencia.do?perform=imprimir&id=1199806

4/4

Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 28/07/2020 10:32:43

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072810324228400000031322552

Número do documento: 20072810324228400000031322552

Num. 32706500 - Pág. 1





SEGUIE
o trabalho

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

9561/PB

ORTOPEDIA # PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU, EM PRACHA RÍGIDA E COM COLAR CERVICAL. VÍTIMA DE ACIDENTE. QUEIXA-SE DE DOR EM OMBRO DIREITO, NEGA TRAUMA CRANIANO, PERDA DE CONSCIÊNCIA, NEGA VÔMITOS, SÍNCOPE OU AMNÉSIA PÓS-TRAUMA. AO EXAME: DOR EM OMBRO DIREITO COM LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO RADIOGRAFIA = FRATURA DA CLAVÍCULA DIREITA
CDT.: 1 - ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL 2 - ATESTADO MÉDICO 3 - ANALGESIA

S42.0 - Fratura da clavícula

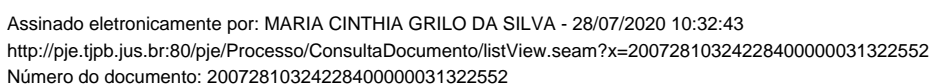
Em observação

FRATURA DA CLAVICULA DIREITA -> TRATAMENTO CONSERVADOR -> ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL

Enfermeiro

Dr. Fábio Crispim
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PE: 25413 / CRM-PB: 9561
TELEFONE: 2243-1904 / 2243-7773
MARCO CRISPIM LIMA
(CRM: 9561/PB)

Boletim registrado por: TELMO FIGUEIREDO QUIRINO em 28/10/2019 08:12:20





Hospital Estadual de
Emergência e Trauma

Sanador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

SEGRE

o trabalho

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente
JOAO TARGINO DA SILVA

Data de nascimento
20/06/1974

Mãe

SEVERINA DOS SANTOS SILVA

Endereço

MARIA ANA NUNES, 733

Acidente

QUEDA / OUTROS

Data/Hora Classificação

28/10/2019 08:10:35

Idade
45a 4m 8d

BAE
1199806

Sexo

Masculino

Data/Hora Entrada

28/10/2019 08:10:35

CNS

Data Baixa

Telefone de Contato

(83) 988249449

Prontuário

UF

PB

Nº Cons. Regional

9561/PB

Bairro

MUÇUMAGRO

Município

JOAO PESSOA

Profissional

FABIO MARCOS CRISPIM LIMA

Data/Hora Prescrição

28/10/2019 09:46:42

Motivo

ACIDENTE DE MOTOCICLETA

ANAMNESE

ORTOPEDIA # PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU, EM PRACHA RÍGIDA E COM COLAR CERVICAL. VÍTIMA DE ACIDENTE, QUEIXA-SE DE DOR EM OMBRO DIREITO, NEGA TRAUMA CRANIANO, PERDA DE CONSCIÊNCIA, NEGA VÔMITOS, SÍNCOPE OU AMNÉSIA POS-TRAUMA. AO EXAME: DOR EM OMBRO DIREITO COM LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO RADIOGRAFIA = FRATURA DA CLAVÍCULA DIREITA CDT: 1 - SOLICITO IMOBILIZAÇÃO EM 8 (OITO) 2 - SOLICITO RADIOGRAFIA POS-IMOBILIZAÇÃO 3 - ANALGESIA

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR DIREITA

PROCEDIMENTO

IMOBILIZAÇÃO 8

Conduta

Em observação

Dr. Fábio Crispim
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PB - 23413 / CRM-PB - 9561
RQE: 16.173

Enfermeiro

FABIO MARCOS CRISPIM LIMA
(CRM: 9561/PB)

Boletim registrado por: TELMO FIGUEIREDO QUIRINO em 28/10/2019 08:12:20



Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 28/07/2020 10:32:43

<http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072810324228400000031322552>

Número do documento: 20072810324228400000031322552

Num. 32706500 - Pág. 3



Hospital Estadual de Emergência e Trauma

Senador Humberto Lucena



GOVERNO DA PARAIBA

SEGUE o trabalho

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente
JOAO TARGINO DA SILVA

Data de nascimento
20/06/1974

Mãe
SEVERINA DOS SANTOS SILVA

Endereço
MARIA ANA NUNES, 733

Acidente
QUEDA / OUTROS

Data/Hora Classificação
28/10/2019 08:10:35

BAE
1199806

Idade
45a 4m 8d

Sexo
Masculino

Bairro
MUÇUMAGRO

Motivo
ACIDENTE DE MOTOCICLETA

Data/Hora Entrada
28/10/2019 08:10:35

CNS

Município
JOAO PESSOA

Profissional
MATHEUS SOUTO PERAZZO VALADARES

Data/Hora Prescrição
28/10/2019 08:22:59

Data Baixa

Telefone de Contato
(83) 988249449
Prontuário

UF
PB

Nº Cons. Regional
12267/PB

ANAMNESE

- CIRURGIA GERAL - PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU, EM PRACHA RÍGIDA E COM COLAR CERVICAL. VÍTIMA DE ACIDENTE. QUEIXA-SE DE DOR EM OMBRO DIREITO, NEGA TRAUMA CRANIANO, PERDA DE CONSCIÊNCIA, NEGA VÔMITOS, SÍNCOPE OU AMNÉSIA PÓS-TRAUMA. AO EXAME: EGBOM; CONSCIENTE E ORIENTADO; AFEBRIL, ACIANÓTICO; EUPNEICO; A: VIAS AÉREAS PÉRVIAS, SEM DEFORMIDADES CERVICAIS, SEM CERVICALGIA, MOVIMENTA ATIVAMENTE O PESCOÇO; B: RESPIRA ESPONTANEAMENTE EM AR AMBIENTE, AUSÊNCIA DE DEFORMIDADES TORÁCICAS, EXPANSIBILIDADE PRESERVADA BILATERALMENTE, SEM CREPITAÇÃO A PALPAÇÃO E SEM QUEIXAS RESPIRATORIAS; C: ESTÁVEL HEMODINAMICAMENTE, SEM FERIMENTOS E SEM SANGRAMENTO SIGNIFICATIVO, AUSÊNCIA DE SUDORESE OU AGITAÇÃO. PELVE ESTÁVEL, PALPAÇÃO DE ABD INDOLOR E SEM SINAIS DE PERITONITE. D: ECG-P: 15; E: DOR EM OMBRO DIREITO COM LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO CDT: 1 - SOLICITO RADIOGRAFIA DE OMBRO DIREITO 2 - SOLICITO AVALIAÇÃO DA ORTOPEDIA; 3 - ANALGESIA

MEDICAÇÃO

CETOROLACO DE TROMETAMINA 30MG/ML (AMPOLA 1ML), ADMINISTRAR 1,0 ML VIA E.V., AGORA, (OBSERVAÇÕES: 1 AMP + AD)
DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., AGORA, 0,0 (MGTSM)

Diluir

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), DILUIR 8,0 ML

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO DIREITO (TRES POSICOES)

CID10

T14.9 - Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação

Matheus Souto PERAZZO Valadares
Cirurgião Geral
CRM-PE/26168
CRM-PB 12267

Enfermeiro

MATHEUS SOUTO PERAZZO VALADARES
(CRM: 12267/PB)

Boletim registrado por: TELMO FIGUEIREDO QUIRINO em 28/10/2019 08:12:20



Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 28/07/2020 10:32:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072810324228400000031322552>

Número do documento: 20072810324228400000031322552

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JOAO TARGINO DA SILVA	Data de Nascimento	20/06/1974	Idade	45a 4m 8d	Sexo	MASCULINO	Nº	1199806	Nº Prontuário		Data Prescrição	28/10/2019 08:22:59
Motivo do Atendimento		Enfermaria / Leito											
Convenio	SUS	Matrícula											

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Data da entrada:	28/10/2019 08:10:35	Data da Internação:	28/10/2019 08:23:00 - 29/10/2019 08:23:00	Permanência na	13min	Permanência no	
1	CETOROLACO DE TROMETAMINA	1,0	ML	Observação: 1 AMP + AD		E.V.		AGORA			
2	AGUA DESTILADA	8,0	ML			E.V.		AGORA			

MATHEUS SOUTO PERAZZO VALADARES
CRM: 12267

Matheus Souto Perazzo Valadares
CRM: 12267
28/10/2019 08:23:00

Reimpresso por:
dia:

Assinatura e Carimbo do Profissional

Usuário:	MATHEUS SOUTO
Boleim	1199806



Parecer Médico

Nome	Idade	Prontuário
JOAO TARGINO DA SILVA	45A 4M 8D	
Boletim de Atendimento	Data de Entrada	Permanência na Unidade
1199806	28/10/2019 08:10:35	12min
Convênio	Leito	Permanência no Leito
SUS	Clínica	
	CIRURGIA GERAL	

Parecer médico

Especialidade	Profissional
ORTOPEDIA	
Motivo da solicitação	Data da Solicitação: 28/10/2019 08:22:38
PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU, EM PRACHA RÍGIDA E COM COLAR CERVICAL. VÍTIMA DE ACIDENTE. QUEIXA-SE DE DOR EM OMBRO DIREITO, NEGA TRAUMA CRANIANO, PERDA DE CONSCIENCIA, NEGA VÔMITOS, SÍNCOPE OU AMNÉSIA PÓS-TRAUMA.	
AO EXAME: EGBOM; CONSCIENTE E ORIENTADO; AFEBRIL, ACIANÓTICO; EUPNEICO;	
A: VIAS AÉREAS PÉRVIAS, SEM DEFORMIDADES CERVICAIS, SEM CERVICALGIA, MOVIMENTA ATIVAMENTE O PESCOÇO;	
B: RESPIRA ESPONTANEAMENTE EM AR AMBIENTE, AUSENCIA DE DEFORMIDADES TORÁCICAS, EXPANSIBILIDADE PRESERVADA BILATERALMENTE, SEM CREPITAÇÃO A PALPAÇÃO E SEM QUEIXAS RESPIRATÓRIAS;	
C: ESTÁVEL HEMODINAMICAMENTE, SEM FERIMENTOS E SEM SANGRAMENTO SIGNIFICATIVO, AUSENCIA DE SUDORESE OU AGITAÇÃO. PELVE ESTÁVEL, PALPAÇÃO DE ABD INDOLOR E SEM SINAIS DE PERITONITE.	
D: ECG-P: 15;	
E: DOR EM OMBRO DIREITO COM LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO	
SOLICITO AVALIAÇÃO	
Parecer	Data de Resposta:



REQUISICÃO DE EXAMES DE IMAGEM

Nº: 540625

Nome JOAO TARGINO DA SILVA		
Data de Nascimento 20/06/1974	Nº Boletim Emergencia 1199806	Prontuario
Material a examinar		

Data Prescrição:
28/10/2019 08:22:59

EXAME DE IMAGEM
RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO DIREITO(TRES POSICOES)

RAIOS-X	
TIPO ...	28110119
DATA ...	08:40
HORA ...	
NOME TEC. RAD.	Sao Juan
SS:	

ORTO

Reimpresso por:
dia:
Mariana Souza Costa
CRM-PB 12267
CRM-PB 12267

Assinatura e Carimbo do Profissional

1) apresentar cópias separadas para imagem e laboratório análises clínicas



REQUISIÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM

Nº: 540694

Nome

JOAO TARGINO DA SILVA

Data de Nascimento

20/06/1974

Nº Boletim Emergência

1199806

Prontuário

Material a examinar

Data Prescrição:

28/10/2019 09:46:42

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR DIREITA

Dr. Fábio Crispim
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PB-23.113 / CRM-PE-9561
FEOT-16.173

Tipo	RAIOS-X
Data	28/10/19
Hora	...
Nome Tbc. Rad.	K-1

Reimpresso por:

dia:

Assinatura e Carimbo do Profissional

Utilize este espaço separado para anotar o atendimento realizado





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



FICHA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Data: 23/10/19	ID da Ocorrência: 2594293	<input type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> MT	Nº / Equipe: 12	Plantão: <input checked="" type="checkbox"/> Dia <input type="checkbox"/> Noite	Hora de Saída da Base: 06:04 Hs	Hora de Chegada no Local: 06:11 Hs
Paciente/Usuário: João Targino da Silva				Idade: 45	Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Telefone:
Local da Ocorrência: <input type="checkbox"/> João Pessoa <input type="checkbox"/> Santa Rita <input type="checkbox"/> Bayeux <input type="checkbox"/> Cabedelo <input checked="" type="checkbox"/> Conde <input type="checkbox"/> Outro:						
Logradouro: Rua Pedroza Cordeiro				Bairro: Jurema	Médico Regulador: Gilma	
Quantidade de vítima(s) no local: <input checked="" type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Mais de três:						
Apoio no Local: <input checked="" type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate PRF <input type="checkbox"/> BPTRAN <input type="checkbox"/> Outro:						
QTA: <input type="checkbox"/> Socorrido por Terceiros <input type="checkbox"/> Socorrido pelos Bombeiros <input type="checkbox"/> Evadiu-se do Local <input type="checkbox"/> Trote <input type="checkbox"/> Outro:						
DESTINO DO PACIENTE: <input type="checkbox"/> Atendido no Local e Liberado <input type="checkbox"/> Encaminhado a Unidade Hospitalar <input type="checkbox"/> Óbito no Local <input type="checkbox"/> Óbito Durante o atendimento						
Hosp. de Trauma				Matheus Sousa PEREIRA Valadarez Responsável pelo Atendimento (Assinatura e Carimbo) CRM-PB 26168 CRM-PB 12267		

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

<input type="checkbox"/> CLÍNICO <input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO <input type="checkbox"/> GINECO-OBSTÉTRICO	<input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA	
Motivo: QUEDA DE MOTO	Hospital de Origem:	
CAUSAS EXTERNAS	Responsável:	
▷ Acidente de Trânsito	Hospital de Destino:	
<input type="checkbox"/> Colisão carro x moto	Responsável:	
<input type="checkbox"/> Queda de moto		
<input type="checkbox"/> Atropelamento por:		
<input type="checkbox"/> Colisão carro x carro		
<input type="checkbox"/> Capotamento		
<input type="checkbox"/> Outro:		
<input type="checkbox"/> F.A.F.	ANTECEDENTES	
<input type="checkbox"/> F.A.B.	<input type="checkbox"/> AIDS	<input type="checkbox"/> Doença Mental
<input type="checkbox"/> Agressão Física	<input type="checkbox"/> Alcoolismo	<input type="checkbox"/> Doença Renal
<input type="checkbox"/> Afogamento	<input type="checkbox"/> AVC	<input type="checkbox"/> Droga
<input type="checkbox"/> Queda - Altura aproximada:	<input type="checkbox"/> Convulsões	<input type="checkbox"/> Hipertensão Arterial
<input type="checkbox"/> Solterramento / Desabamento	<input type="checkbox"/> Diabetes	<input type="checkbox"/> Internamentos Anteriores
<input type="checkbox"/> Choque Elétrico	<input type="checkbox"/> Doença Cardíaca	<input type="checkbox"/> Problemas Respiratórios
<input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> Doença Infecto-contagiosa	<input type="checkbox"/> Medicamentos de uso Contínuo
	Quais?	

1. DADOS VITAIS
P.A.: 130 x 80 FC: 91 FR: 18 HGT: 135 SpO2 - S/O2: 99 SpO2 - C/O2:

EXAME CLÍNICO (SINTOMAS, QUEIXAS) - EVOLUÇÃO DO TÉCNICO EM ENFERMAGEM OU EVOLUÇÃO MÉDICA

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:

Diagnósticos de Enfermagem:

Intervenções:

Evolução do Enfermeiro:

Paciente vítima de queda de moto, alcoolizada, apresentando luxação de clavícula direita, - aberta.

ORIENTAÇÃO DA REGULAÇÃO MÉDICA



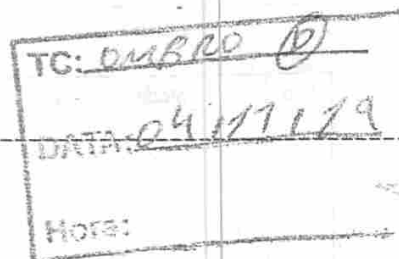
AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Hora: 09:39:22
Recepcionista: ANA CLAUDIA XAVIER SANTO
Clínica: MEDICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: JOAO TARGINO DA SILVA Num. de vezes atendido: 10
Nome Social: NAO INFORMADO CPF: 022.608.964-99 Num. Prontuario: 2017.09.001633
CNS: 125179792370006 Sexo: M IDENTIDADE: 1734097 Fone: 986102476
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 20/06/1974 Id: 45 ano(s)
End.: RUA ANA MARIA NUNES, 733
Bairro: VALENTINA DE FIGUEIREDO Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
Mae: SEVERINA DOS SANTOS SILVA Pai: JOSE TARGINO DA SILVA
Raca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO
Ocupação: FUNCIONARIO PUBLICO SEM ESPECIFICACAO Estado Civil: SOLTEIRO(A)
INFORMACOES DE ENTRADA Escolaridade: NAO INFORMADO
Resp.: JOAO TARGINO DA SILVA
T/Doc. Responsavel: 986102476 / IDENTIDADE: 1734097
Procedencia: RESIDENCIA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO
Causa de acidente por: NAO
Vítima de violência por: NAO
[] Caso Policial



PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd.: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispineia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito
Observacao

ixa Principal

HISTORIA - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente estab. em crise, bebia todos os dias, etc. que sofreu um acidente há 5 dias, e desde então tem fadiga, náuseas, vômitos e dor abdominal. Foi TC de crânio sem HET e "des normal" e segundo a esposa. No dia do acidente foi atendido no HET fez exames e "des clareia" - Paciente relata embebedramento da clareia.

Diagnóstico

Conduta

Será realizado o exame de urina e sangue.

Abstinência Alcoolica / Fratura de clavícula D (L)

Prescrição de medicação

Horario da medicacao

Sono Alcoolica - 1000 mg

Tiamina - 100 mg 3x

Diazepam 10 mg - 1x 1x

Dipirona - 1000 mg 4x

Sol. Muscul. 5% - 500 mg 1x

11:00

11:00

11:00

11:00

11:00

11:00

58056-384
CNS 2017.09.001633
Medica
CRM 3001



5F992 1500 ml IV - 1/30
 Mantenha Diapirina
 20:48 00:48 4/4h
 08:48
 09:55

21

09:00 Paciente leucido, sem desconfortos.
 Em uso de soro de hidratação.

Vanessa Vasconcelos
 Médica
 CRM 38891/10

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Qtd.	Medicamentos	Dose	Horário	Evolução

Assinatura e Carimbo da Enfermeira (o) Responsável pelo plantão: _____

PROCEDIMENTO REALIZADO:

DESTINO DO PACIENTE:

() Residência () Transferido () Desistência () U.T.I.
 () Alta a Pedido () Enfermaria Óbito: () Atestado () S.V.O () I.M.L

Rozineide e marido de S.



FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA



Nome:	1950 Tolgano do Silveira
Prontuário:	2013-09-001633 Idade: 45
Nome da Mãe:	Suzelma dos Santos Silveira
Endereço:	R. Ana Maria N.º 433. Bairro: Volanteiro
Cidade:	1950 Pádua Estado: PB Fone: -
Sexo: F () M (X)	Cor: Parda Estado Civil: -
Escolaridade:	1500 Religião: IGB
	Data de Nascimento: 00/05/74
	Data da Admissão: 08/11/19

QPD:

Document has 05 slides

HDA:

[illegible]

Medicações em uso:

Interrogatório Sintomático:

Peça: _____

Gen: [] Febre [] Astenia [] Anorexia [] Perda de Peso _____ Kg em [] Prurido [] Sudorese [] Calafrios [] Alopecia [] Adenomegalias [] Ictericia [] Tonturas [] Outros: _____

Pelle:

Capêça e Pescoco: [Dor de Garganta [Bocio [Rouquidão [Disfagia Audição: Visão: [Epistaxe
AR e ACV: [Dor [Tosse [Expectoração [Hemoptise [Dispênia [Palpitações [Desmaio [Cianose [Edema Outros:
ABD: [Dor [Pirose [Soluço [Regurgitação [Hematêmese [Náuseas [Vômitos [Dispepsia [Diarréia [Melena [Enterorragia [Constipação [Aumento de volume
AGU: [Distúria [Incontinência [Retenção [Poliúria [Oligúria [Noctúria [Hematúria [Mal Cheiro [Corrento [Outras:

SME: [] Dor [] Rigidez pós-reposou [] Deformidades [] Artralgia [] Calor [] Rubor [] Edema [] Crepitação [] Fraqueza [] Atrofia [] Espasmos
SN e PSO: [] Insônia [] Sonolência [] Convulsões [] Motricidade e Sensibilidade [] Amnésia [] Líbido [] Humor

[] Amnesia [] Libido [] Humor



Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: _____

Alergias: _____

Cirurgias: _____

[] HAS [] DM [] TB [] HEP [] Dislipidemia [] Banho de Rio [] Casa de Taipa [] HTF

[] Trauma [] Neo [] Tabagismo

[] Alcoolismo

Exercício Físico: _____ Alimentação: _____

Antecedentes Familiares:

HAS _____ DM _____ TB _____ NEO _____

Dislipidemias _____

Exame Físico:

Peso: _____ Kg Altura: _____ m IMC = _____ PA = _____ mmHg

FC = _____ FR = _____ TEMP(°C) = _____

Geral: _____

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): _____

Gânglios: _____

Pele: _____

ACV: _____

AR: _____

ABD: _____

AGU: _____

SME: _____

SN: _____

Resultados de Exames Complementares: _____

Hipóteses Diagnósticas: _____

Abstinência Alcoólica
Fratura consolida doente

Conduta: _____

Dr. José Vieira

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





GRILLO ADVOCACIA

PROCURAÇÃO

JOAO TARGIÑO DA SILVA, brasileiro, união estável, agente de limpeza, inscrito no CPF de n.º 022608964-99 e RG de n.º 1734097 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua Maria Ana Nunes, 733, Muçumagro, João Pessoa/PB. Tel.: 98649 2331, 98824 9449

OUTORGADO(S): MARIA CINTHIA GRILLO DA SILVA, inscrita na OAB/PB nº 17.295

PODERES: o outorgante constitui seus bastantes procuradores e a eles confere poderes para o foro em geral (nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil), podendo atuar em conjunto ou isoladamente em qualquer juízo, comarca ou instância, para propor ou contestar, assim como acompanhar processos em todos os seus termos, atos e fases, para toda e qualquer processo ou procedimento, seja ele judicial ou administrativo, independentemente de sua natureza, inclusive penal, em que seja parte ou, por qualquer forma, interessado, dispondo para isso, ainda, de poderes para renunciar ao direito sobre qual se funda a ação, reconhecer a procedência das afirmações de existência de direito, confessar, acordar, transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação (com a possibilidade de receber alvarás, RPV e precatórios), bem como de firmar negócios jurídicos processuais, inclusive com calendarização. Também poderes para tomar medidas administrativas e/ou judiciais, visando a evitar e/ou reaver valores a título de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios, nos níveis federal, estadual (ou distrital), municipal, inclusive para requerer Certidão Negativa de Débito, cópia de procedimento administrativo tributário, representação fiscal, entre outros, bem como atuar junto à Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional da Seguridade Social, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Advocacia Geral da União, Secretarias da Fazenda estaduais, distrital e municipais e suas respectivas procuradorias. Finalmente poderes para substabelecer os que lhe foram conferidos com ou sem reserva.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". Para, então, fazer uso desse benefício, o outorgante declara-se legalmente pobre, por não ter condições de pagar as despesas processuais (dentre as quais se incluem custas e honorários sucumbenciais), e conhecedora das penalidades previstas no parágrafo único do art. 100 daquele Código.

João Pessoa/PB, 18 DE NOVEMBRO DE 2019

João Targino da Silva
OUTORGANTE

Rua Cap. José Pessoa, 602 - Jaguaribe - João Pessoa/PB
Telefone: (83) 4141-2316 (83) 98663-0588 - email: grilo.advocacia@gmail.com



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

PB

NOME
JOAO TARGINO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
1734097 SSP PB

CPF
022.608.964-99

DATA NASCIMENTO
20/06/1974

FILIAÇÃO
JOSE TARGINO DA SILVA
SEVERINA DOS SANTOS SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB. AB

Nº REGISTRO
06297318503

VALIDADE
03/07/2024

1ª HABILITAÇÃO
06/02/2015

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR
João Targino da Silva

LOCAL
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
04/07/2019

ASSINATURA DO EMISSOR
Apamirion Vieira da Silva
56715376359
PB039265501

PARAÍBA

DETRAN - CONTRA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1838270024

PROIBIDO PLASTIFICAR
1838270024

Scanned with CamScanner



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via do conta.

Recibo para simples pagamento da nota fiscal de energia elétrica - Nº 039.530.678



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

NIEDSON SALES
RUA MARIA ANA NUNES 745
JOÃO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1101793-6

REFERÊNCIA

FEV/2020

APRESENTAÇÃO

26/02/2020

CONSUMO

9

VENCIMENTO

04/03/2020

TOTAL A PAGAR

R\$ 23,57

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 03150.244006 08691.461175 9 81840000002357				
Pagador: NIEDSON SALES CNPJ/CPF: 021.340.404-40				
RUA MARIA ANA NUNES 745 - MUCUMAGRO - JOAO PESSOA / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31502440008691461	001101793202002	04/03/2020	R\$ 23,57	
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				

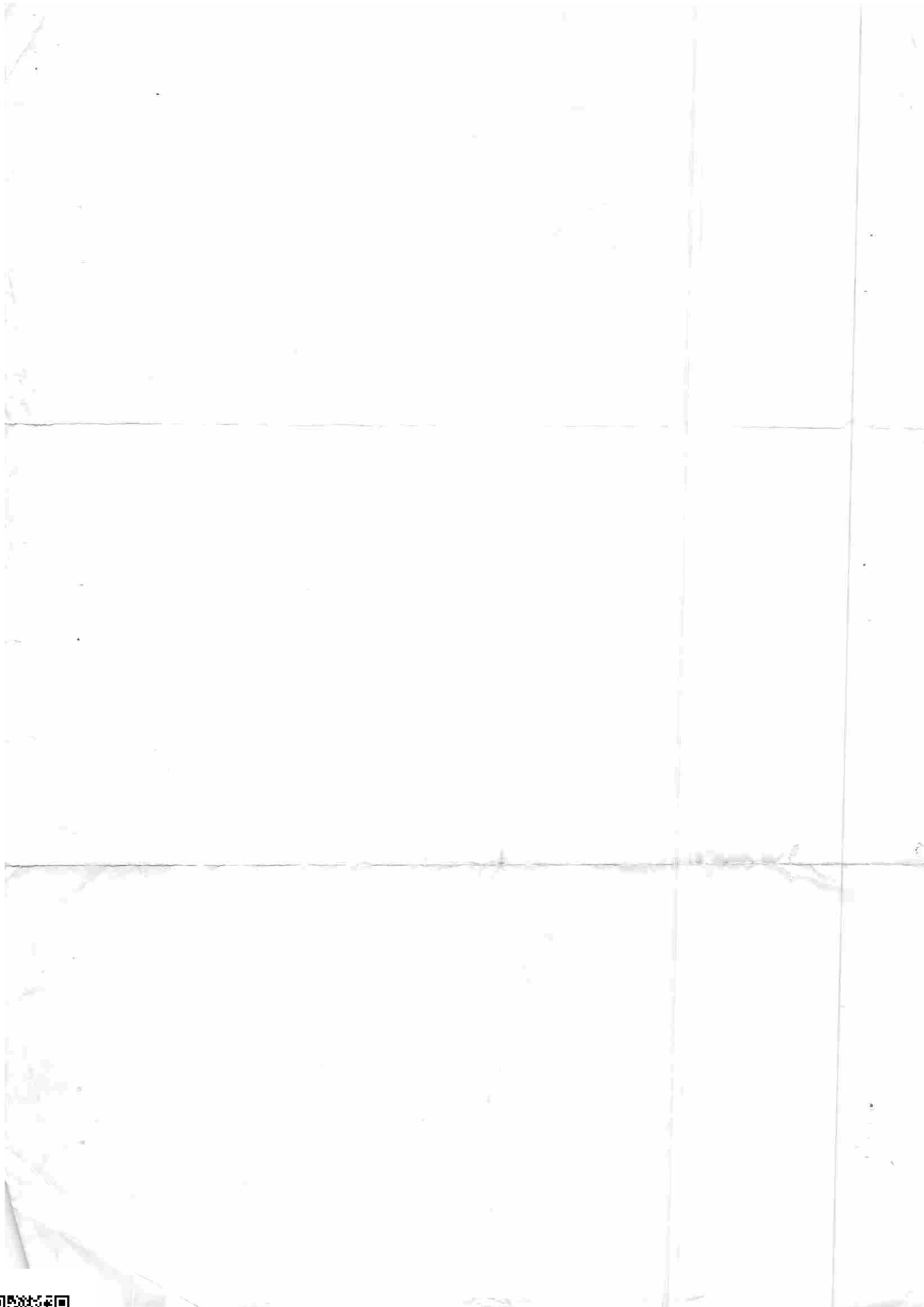


Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 28/07/2020 10:32:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072810324357600000031322553>

Número do documento: 20072810324357600000031322553

Num. 32706501 - Pág. 3





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____VARA REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

JOAO TARGINO DA SILVA, brasileiro, união estável, agente de limpeza, inscrito no RG sob o nº 1734097 SSDS/PB e CPF de n.º 022608964-99, residente e domiciliado na Rua Maria Ana Nunes, n.º 733, Muçumagro, João Pessoa/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 6, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, Na Rua Senador Dantas, nº. 74 5º andar, centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:



1) PRELIMINARMENTE – DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA:

Importante frisar que a vítima JOSE OLIVEIRA DA SILVA FILHO, antes de ingressar com a presente ação judicial tentou receber o seguro DPVAT através da seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, quando foi gerado o número de sinistro. Acontece, Excelência, que é uma prática da seguradora obstaculizar de todas as formas o recebimento do prêmio, deprecando vasta documentação diversa daquela exigida em lei.

Informamos que o processo administrativo, assim como o judicial, foi instruído com os seguintes documentos: procuração, Certidão de Atendimento do Hospital comprovando o nexo de causalidade, Boletim de Ocorrência Policial, demais laudos referentes ao acidente, além de toda documentação pessoal.

Desta forma, resta claro que o processo administrativo foi letrado com todos os documentos exigidos pela lei 6.194/74 para recebimento de seguro DPVAT:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

...

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (Vide Medida nº 340, de 2006)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)



a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

...

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

O intuito do Autor era de resolver o processo em sede administrativa, mas infelizmente a promovida alegou que havia documentação pendente e não deu prosseguimento ao pagamento do seguro DPVAT que tem direito toda vítima de acidente de trânsito que tenha suportado debilidade e consequente invalidez permanente.

Não cabe qualquer alegação por parte da seguradora de falta de submissão a instância administrativa, haja vista ter sido esgotado todos os caminhos pela esfera administrativa. No caso em tela, o Autor foi obrigado a ingressar com ação judicial para poder receber o seguro ao qual tem direito.

Dito, não cabe no presente processo qualquer tipo de extinção por falta de submissão a instância administrativa.

2) DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **28/10/2019**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **FRATURA DE CLAVICULA DIREITA**, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

Ocorre que, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, asseguram o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Diante desses fatos, resta ao requerente ingressar na justiça para fazer valer o seu direito.

3) DO DIREITO

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será



parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Não a cadencia no que tange a ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim.

Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas, sem ensejar carência de ação, para obter-se o provimento judicial.



3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4) DA POSTULAÇÃO





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

1. Ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
2. A concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesas e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;
3. A designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015;
4. Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar a Promovente o valor de R\$ 3.375,00 (TRES MIL TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS) de acordo com o artigo 5º, §1º, da lei nº. 6.194/74, devidamente alterado pela lei nº 11.482, acrescidos de juros e correção monetária;
5. **Que seja designado perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;**
6. Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20 (vinte) %, sobre o valor da causa, em caso de recurso.
7. Por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 3.375,00 (TRES MIL TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 22 DE JULHO DE 2020.

MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA
OAB/PB 17.295





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente cometido?



ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOAO TARGINO DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	20/06/74
NOME DA MÃE	SEVERINA DOS SANTOS SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.199.806
DATA DO ATENDIMENTO	28/10/19
HORA DO ATENDIMENTO	08:10
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA
CID 10	S42.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, com dor em ombro direito, com limitação de movimentos. Presença de fratura de clavícula direita. Imobilização.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de ombro direito

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura da clavícula direita.

TRATAMENTO:

Imobilização da fratura.

ALTA HOSPITALAR:	28/10/19
DATA DA EMISSÃO:	27/01/20

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200009164

Vítima: JOAO TARGINO DA SILVA

Data do Acidente: 28/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JOAO TARGINO DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o(a) senhor(a) é proprietário(a) do veículo envolvido no acidente e, por não ter efetuado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, não terá direito à indenização, conforme Resolução CNSP nº 332, de 2015.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00969/00970 - carta_11 - INVALIDEZ

00020485



Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 28/07/2020 10:32:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072810324671700000031322558>

Número do documento: 20072810324671700000031322558

Num. 32706507 - Pág. 1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0803833-09.2020.8.15.2003

[Acidente de Trânsito]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO TARGINO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Defiro a gratuidade judiciária, na forma do art. 98 do CPC.

Considerando as medidas preventivas ao contágio pelo novo Coronavírus (**COVID-19**) adotadas por este Juízo; o Ato Normativo Conjunto n.º 003/2020/TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB; assim como o inteiro teor da Recomendação n.º 62 de 17 de março de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, **deixo de designar audiência de conciliação, instrução e julgamento**.

Cediço que, para as ações que tratam de indenização securitária DPVAT, necessária, via de regra, afora óbito da vítima, a confecção de prova técnica (perícia médica), a fim de comprovar a lesão e o grau/extensão da invalidez, o que comumente é feito neste Juízo por meio de mutirão de audiências.

Entrementes, dada a realidade mundial de risco iminente de contágio pelo aludido vírus COVID-19, altamente contagioso e de potencial letalidade, a realização do referido ato, neste momento, contradiz as recomendações da **Organização Mundial de Saúde – OMS**, a qual recomenda, veementemente, o isolamento social como fator preponderante de combate à propagação do vírus.

Noutra via, tendo em vista o escopo maior de continuar cumprindo o papel de pacificação social do Poder Judiciário durante este grave momento de crise, independentemente de audiência, **cite a parte promovida**



para apresentar resposta, no prazo de 15 dias úteis, cientificando-lhe que a ausência de resposta implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial (art. 334 e 335, ambos do CPC).

Apresentada contestação, **intime** a parte autora, para fins de impugnação (art. 351 do CPC).

Em seguida, dada a indispensabilidade da prova pericial para resolução da lide nestes autos, **determino, após a prática do atos acima, a imediata SUSPENSÃO DO PROCESSO por motivo de força maior, com fulcro no art. 313, VI, do CPC.**

Intimações de preferência pelo meio eletrônico e demais providências necessárias.

Finalmente, determino que seja colocada etiqueta no processo com o nome CORONAVÍRUS, sendo os feitos monitorados pelo Cartório e Gabinete, respectivamente, para, ao final da crise, virem os autos conclusos para aprazamento de audiência UNA.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAIS JUDICIAIS (PROVIMENTO CGJ Nº 49/19) e na RESOLUÇÃO nº 04/2019, do Conselho da Magistratura – TJPB, DJE de 12.08.19 – ATENÇÃO.

CUMPRA.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

Juíza de Direito

